ESCOLA: Municipal Maria Ana Ruso
PROFESSOR (A): Cléia Rodrigues
TURMA(S): 8º ano _____
ENSINO FUNDAMENTAL TURNO: Matutino
ALUNO(A): _____
COMPONENTE CURRICULAR: HISTÓRIA PERÍODO: 16/11/2020 A 03/12/2020
QUANTIDADE DE AULAS: 04 (04 horas)
OBJETOS DE CONHECIMENTO: Brasil: Primeiro Reinado. Brasil da Regência e Segundo Reinado
HABILIDADES: (EF08HI05) Explicar os movimentos e as rebeliões da América portuguesa, articulando as temáticas locais e suas interfaces com processos ocorridos na Europa e nas Américas. (EF08HI06) Aplicar os conceitos de Estado, nação, território, governo e país para o entendimento de conflitos e tensões. (EF08HI07) Identificar e contextualizar as especificidades dos diversos processos de independência nas Américas, seus aspectos populacionais e suas conformações territoriais. (EF08HI11) Identificar e explicar os protagonismos e a atuação de diferentes grupos sociais e étnicos nas lutas de independência no Brasil, na América espanhola e no Haiti. (EF08HI12) Caracterizar a organização política e social no Brasil desde a chegada da Corte portuguesa, em 1808, até 1822 e seus desdobramentos para a história política brasileira. (EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado. (EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado. (EF08HI21) Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império.

Todos os textos são seguidos de atividades, para resolvê-las é necessário: Ler, refletir, interpretar e responder, completar ou assinalar com X, os exercidos pedidos.

Texto 1 Período Regencial

O Período Regencial (1831 – 1840) caracteriza um período de grande conturbação no Brasil e intermeia o Primeiro Reinado, governado por D. Pedro I e o Segundo Reinado, governado por seu filho, D. Pedro II.

Características

Na sequência de vários problemas enfrentados pelo império de D. Pedro I e, no momento em que o imperador perde a sua popularidade, decide adjudicar ao trono. Nessa altura, porém, o seu herdeiro – D. Pedro II não podia governar pois se tratava de uma criança com apenas 5 anos de idade. A solução era formar uma Regência até que D. Pedro II atingisse a maioridade.

As Regências

O Período Regencial pode ser dividido em:

Regência Trina Provisória (abril a julho de 1831)
Regência Trina Permanente (1831 a 1834)
Regência Una do Padre Feijó (1835 – 1837)
Regência Una de Araújo Lima (1837 – 1840)

Grupos políticos do Período Regencial

Nessa altura, havia três grupos políticos a defender cada qual uma posição diferenciada de governo:
Liberais moderados (também conhecidos como ximangos) – Esses defendiam o centralismo político, a monarquia;
Liberais exaltados (também conhecidos como farroupilhas) – Defendiam a revisão da política e fim da monarquia;
Restauradores (também conhecidos como caramurus) – Eram contrários à reforma política e eram a favor do regresso de D. Pedro I.

Revoltas do Período Regencial

A consequência dessa disputa de poder é a instabilidade política. Somada à essa questão, as condições precárias de grande parte da população dão origem a uma série conflitos:

Cabanagem, na Província do Grão-Pará (1835 – 1840);
Guerra dos Farrapos (ou Revolução Farroupilha), na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1835 – 1845);
Revolta dos Malês, Província da Bahia (1835);
Sabinada, na Província da Bahia (1837 – 1838);
Balaiada, na Província do Maranhão (1838 – 1841).

Com o objetivo de acabar com todo esse descontentamento, desordem e agitação, o Partido Liberal propicia uma situação que sinaliza o fim do Período Regencial, o Golpe da Maioridade, declarando D. Pedro II maior de idade aos 14 anos. Um ano depois, D. Pedro começa a governar o Brasil e tem início o Segundo Reinado.

Atividades

1. **Associe os fatos político-militares do Primeiro Reinado e da Regência brasileira a seguir, com suas localizações:**

Coluna A
1 - Balaiada
2 - Cabanagem
3 - Ato Adicional
4 - Sabinada
5 - Confederação do Equador

Coluna B
I - Pará
II - Bahia
III - Maranhão
IV - Pernambuco
V - Rio de Janeiro

Escolha a alternativa que tem a associação correta:
a) 1 - III; 2 - I; 3 - V; 4 - II; 5 - IV;
b) 1 - II; 2 - V; 3 - II; 4 - I; 5 - V;
c) 1 - III; 2 - II; 3 - V; 4 - IV; 5 - I;
d) 1 - IV; 2 - I; 3 - V; 4 - III; 5 - II;
e) 1 - V; 2 - III; 3 - IV; 4 - II; 5 – I;

Texto 2. O Segundo Reinado é o momento em que o Brasil se consolida como nação.

O regime político do país era a monarquia parlamentarista, onde o Imperador escolhia o Presidente do Conselho (equivalente ao cargo de primeiro-ministro) através de uma lista com três nomes.

No plano econômico, o café adquire importância fundamental, sendo o produto mais exportado pelo Brasil. Chegam as primeiras ferrovias e barcos a vapor com o objetivo de melhorar a circulação do chamado "ouro negro".

Em meio à prosperidade cafeeira, o Brasil se encontra num dilema, pois quem trabalhava nas plantações de café eram pessoas escravizadas. Desde o governo de Dom João VI, o país havia se comprometido a abolir a escravidão. No entanto, a elite cafeeira se opunha, pois isso acarretaria perdas econômicas. A solução é terminar com o trabalho servil de forma gradual.

Será no Segundo Reinado que o Brasil se vê às voltas com o maior conflito armado da América do Sul: a Guerra do Paraguai.

Por fim, sem apoio das elites rurais e do exército, a monarquia é derrubada através de um golpe militar. A Família Imperial é obrigada a deixar o país e se instala a república.

Texto 3**. Política no Segundo Reinado**

O Segundo Reinado começa, em 1840, com o Golpe da Maioridade.

Durante o período regencial, o Brasil viveu uma série de guerras civis. Com isso, o Partido Liberal propõe a antecipação da maioridade do herdeiro do trono, Dom Pedro. Parte dos políticos entendiam que a falta de um governo central era um perigo para a unidade do país.

A política do Segundo Reinado é marcada pela presença de dois partidos políticos:
o Partido Liberal, cujos membros eram conhecidos como os “luzia”;
o Partido Conservador, cujos membros eram conhecidos como os “saquarema”.

A rigor, ambos os partidos defendiam as ideias de elite, como a manutenção da escravidão. Somente se diferenciavam em relação ao poder central, com os liberais lutando por mais autonomia provincial e os conservadores por mais centralização.

Por causa da abdicação do seu pai, D. Pedro II sentiu a necessidade de mudar forma de governo. Por isso, em 1847, implanta o parlamentarismo no Brasil. Aqui, o sistema funcionava um pouco diferente daquele praticado na Inglaterra. Ali, o primeiro-ministro era o deputado do partido mais votado. Já no Brasil, o Presidente de Conselho (primeiro-ministro) era escolhido, pelo Imperador, a partir de uma lista com três nomes. Este sistema ficou conhecido como parlamentarismo às avessas.

O imperador também detinha o Poder Moderador, mas este foi usado poucas vezes pelo soberano.

Comparado ao período regencial (1831-1840), não houve muitos conflitos internos durante o Segundo Reinado. No entanto, podemos citar algumas revoltas como:

a Revolução Praieira, de 1848-1850, em Pernambuco,
a Revolta dos Muckers, no Rio Grande do Sul, em 1873-1874
a Revolta dos Quebra-Quilos, na região nordeste, em 1872-1877.
Economia no Segundo Reinado

Nessa época, as excelentes condições de plantio no Vale do Paraíba (RJ) alavancaram a produção e a exportação do café. Posteriormente, os cafezais se espalhariam por São Paulo.
O Brasil começou a exportar mais do que a importar e a procura pelo café era tão grande que havia necessidade de aumentar a mão de obra.

Contudo, a fim de proteger seus negócios, os fazendeiros de café viam com maus olhos as tentativas de qualquer lei que favorecesse a abolição da escravidão. Por isso, os latifundiários apoiam a vinda de imigrantes, especialmente italianos, para trabalharem nos cafezais.

Em decorrência do crescimento da exportação de café são construídas as primeiras ferrovias e nasceram cidades. Os portos de Santos e Rio de Janeiro prosperam.

Nessa época começam a ser montadas as primeiras fábricas no Brasil, ainda que de forma isolada e em grande parte devido ao trabalho do Barão de Mauá.

Texto4. Abolicionismo no Segundo Reinado

Essa época é crucial para o processo de abolição das pessoas escravizadas, pois surgem diversas sociedades e jornais contra esta prática. Os escravos se mobilizam através dos quilombos e irmandades religiosas, mas também solicitam sua liberdade na Justiça.

A abolição da escravidão não era desejada pelos fazendeiros. Estes perderiam o investimento da compra das pessoas escravizadas e teriam que começar a pagar salário, diminuindo assim sua margem de lucro.

Desta maneira, lutam para que o governo pague indenização por cada escravo liberto.

Como indenizar os fazendeiros estava fora de cogitação, o governo promulga leis que visam abolir o trabalho servil de forma gradual. São elas:

Lei Eusébio de Queirós (1850);
Lei do Ventre Livre (1871);
Lei dos Sexagenários (1887);
Lei Áurea (1888).
Política Exterior no Segundo Reinado

Texto 5. Guerra do Paraguai (1864-1870)

No plano internacional, o Brasil se envolveu em atritos com os seus vizinhos, especialmente na região do Prata.

Em resposta à invasão do Rio Grande do Sul, o governo imperial declara guerra ao ditador paraguaio Solano López (1827-1870), no episódio conhecido como Guerra do Paraguai. O conflito ainda contaria com a participação da Argentina e do Uruguai, e duraria cerca de cinco anos.

O Paraguai foi derrotado e Solano López morto por soldados brasileiros. O Exército se viu fortalecido após o conflito e passou a reivindicar mais espaço na política nacional.

Texto 6. Questão Christie

Da mesma maneira, o governo viu-se implicado na Questão Christie (1863-1865) quando houve incidentes com cidadãos britânicos em solo brasileiro. É importante lembrar que os súditos britânicos não eram julgados pelos tribunais brasileiros se cometessem algum delito no Império do Brasil.

A Questão Christie começou com um altercado entre marinheiros e oficiais britânicos no Rio de Janeiro e pela invasão e confisco de cinco barcos no porto do Rio de Janeiro, por uma fragata britânica.

O governo brasileiro pediu que os responsáveis respondessem judicialmente no país e que fosse paga uma indenização. Diante da recusa dos britânicos, o Brasil rompeu relações diplomáticas com o Reino Unido por dois anos.

Fim do Segundo Reinado e a Proclamação da República
Ao longo do seu governo, D. Pedro II se contrapôs com a igreja, com os militares e com a elite rural. Tudo isso foi retirando o apoio das figuras importantes do país ao trono.

Alguns episódios direcionaram os acontecimentos para um golpe militar. São exemplos a exigência de que a igreja não acatasse as ordens papais, sem as mesmas terem ter sido aprovadas pelo imperador, no que passou à História como a Questão Religiosa.

No entanto, foi a desvalorização dos militares e o fim da escravatura que mais incomodaram as elites e forçaram sua deposição. Os militares reclamavam mais reconhecimento, aumento de salário e promoções que não eram realizadas. Tudo isso fez com que alguns oficiais aderissem aos ideais republicanos. Igualmente, a elite latifundiária não pôde suportar a ideia da abolição da escravidão.
Assim República é instituída, sem participação popular, no dia 15 de novembro de 1889 pelo Marechal Deodoro da Fonseca, o qual foi o primeiro presidente do Brasil.

Atividade

Sobre o parlamentarismo praticado durante quase todo o Segundo Reinado e a atuação dos partidos Liberal e Conservador, podemos afirmar que:

a) ambos colaboraram para suprimir qualquer fraude nas eleições e faziam forte oposição ao centralismo imperial.
b) as divergências entre ambos impediram períodos de conciliação, gerando acentuada instabilidade no sistema parlamentar.
c) organizado de baixo para cima, o parlamentarismo brasileiro chocou-se com os partidos Liberal e Conservador de composição elitista.
d) Liberal e Conservador, sem diferenças ideológicas significativas, alternavam-se no poder, sustentando o parlamentarismo de fachada, manipulado pelo imperador.
e) os partidos tinham sólidas bases populares e o parlamentarismo seguia e praticava rigidamente o modelo inglês.

Referências Bibliográficas

FERNANDES, Ana Claudia. Araribá mais História. 8º Ano. 1ª Edição. Editora Moderna. São Paulo, 2020.
ORDONEZ, Marlene, Caderno do Futuro – A Evolução do Futuro, História: 6° ano. 3. Edição. Editora IBEP. São Paulo,2013.
https://www.estudopratico.com.br/
https://meuartigo.brasilescola.uol.com.br/historia-geral/independencia-america-espanhola.htm
https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/movimentos-nativistas/
https://mundoeducacao.uol.com.br/